

POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESPORTE E SUA INFLUÊNCIA NA SOCIEDADE

WALLACE APICELO LIMA

UDS - Av. Mcal. López nº 2929 esq. Gómez de Castro, Asunción 1805, Paraguay

Email – wallaceapicelo@gmail.com

LUCIENE GOUVEIA BATISTA

UDS - Av. Mcal. López nº 2929 esq. Gómez de Castro, Asunción 1805, Paraguay

Email – lucienegouveia@gmail.com

RAFAEL S. MASTROTTI

UDS - Av. Mcal. López nº 2929 esq. Gómez de Castro, Asunción 1805, Paraguay

Email – rafa_sm17@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo faz um paralelo entre a política pública no esporte e sua influência na sociedade, apresentando seus entraves para o seu desenvolvimento, levando em consideração os princípios norteadores de uma política pública e a sociedade brasileira no contexto do esporte e da atividade física. Em relação aos entraves temos questões como a injustiça social através do esporte, gestão participativa e controle social do esporte, dificuldades do desenvolvimento humano através do esporte, descentralização da estrutura política e de lazer, os desafios na promoção da saúde através do esporte, as dificuldades no desenvolvimento, financiamento e crescimento econômico do esporte, o acesso ao esporte nas diversas regiões do país, a falta de infraestrutura, as barreiras tecnológicas e científicas do esporte, os custos no combate ao doping esportivo, as dificuldades de acesso das mulheres e portadores de necessidades especiais ao esporte. O trabalho buscou através da pesquisa bibliográfica elucidar a temática proposta diante dos objetivos que foram elencados.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas, esporte e sociedade.

INTRODUÇÃO

A prática esportiva se traduz em uma atividade física no qual é possível reunir pessoas, que competem entre si além de utilizar o contexto esportivo em caráter cooperativo, mantendo relações, se divertindo, se solidarizam em benefício de uma razão.

O esporte é uma prática de grande importância para a sociedade, havendo a necessidade de se traçar metas e ações para o seu desenvolvimento, como política pública. Tal afirmativa se justifica baseado na justificativa de que o esporte tem suas características próprias, o que faz com que seja necessário um tratamento que vise atender essas especificidades.

OBJETIVO GERAL

Analisar a influência das políticas públicas no esporte na sociedade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Apresentar os princípios norteadores de uma política pública de acordo com o marco teórico.

Analisar o cenário esportivo em que a sociedade brasileira está inserida.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada compreendeu as seguintes etapas:

Primeira etapa – Levantamento dos aspectos relevantes para implantação de uma Política Pública.

Segunda etapa – Levantamento do cenário atual esportivo e da atividade física na sociedade brasileira.

REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir serão apresentadas as concepções teóricas relacionadas ao entendimento do tema deste artigo.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Para Souza (2006) as últimas décadas se caracterizam pela importância do surgimento do campo denominado políticas públicas, assim como das regras modelos e instituições, que determinam sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Vários fatores fizeram com que a política pública tivesse maior visibilidade, como a adoção de política restritiva de gastos, no qual passaram a dominar o interesse da maioria dos países, em especial os em desenvolvimento. Segundo Souza (2006) o segundo fator são as novas visões do papel do pós guerra por política restritiva de gasto, e o terceiro fator é que a maioria dos

países ainda não conseguiram formar coalizões capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social para grande parte da população.

Nesse contexto para Breus (2007) no Estado Constitucional, o papel em que consiste a Administração Pública, que se caracterizam as atividades do governo estatal, é ampliado, baseado no fato em que a ela compete a concretização dos elementos normativos abstratos e gerais que estão inseridos no sistema jurídico, sendo que para isso dever promover a implementação de várias ações e programas nas mais diversas modalidades. A esse conjunto de ações, de programas e ações, dá-se o nome de políticas públicas.

A política pública segundo Teixeira (2002), é caracterizada por ser diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, no qual há uma relação entre o Estado e os atores da sociedade. Assim as políticas explicitadas sistematizadas e colocadas em documentos (leis, programas, linha de financiamentos) que norteiam os recursos públicos.

De acordo com Capella (2018), a formulação de políticas públicas está compreendida de uma definição de uma agenda e a definição de alternativas, no qual a definição de uma agenda envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos, e o segundo a exploração de um possível plano de ação. Sendo assim, a formulação de políticas públicas consiste em buscar compreender o interesse de vários autores, enquanto outros não.

Para Teixeira (2002), as políticas públicas têm visam responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, que são considerados como vulneráveis. Essas políticas objetivam a: exercer o direito de cidadania, promover o desenvolvimento, com a geração de emprego e renda, regular conflito entre os atores sociais que tem divergência de interesses.

Almeida & Gomes (2018) o conceitos de política pública traz uma ideia de que são formuladas em todas as suas etapas e fases por diferentes atores e instituições, os atores podem fazer interações (sendo de maneira formalizada ou não) de acordo com as suas crenças e interesses, defendendo uma ideia, sendo suas ações afetadas pelo o contexto. Assim a política pública busca compreender as interações entre tempo, políticas públicas, atores, eventos, contextos e resultados.

A SOCIEDADE BRASILEIRA NO CONTEXTO DO ESPORTE E DA ATIVIDADE FÍSICA

Segundo Lazzoli et al (1998), um estilo de vida de caráter ativo na faixa etária adulta, está diretamente relacionado a uma diminuição de ocorrência de várias doenças crônico-degenerativas além da redução da mortalidade cardiovascular em geral. Em crianças e adolescentes um melhor nível de atividade física faz com que se melhore os níveis de lipídio e metabólico, além de ajudar a combater a prevenção da obesidade.

A atividade física pode ser definida como qualquer movimento produzido pelos músculos esqueléticos que resulte em gasto energético. A atividade física contribui consideravelmente para a economia dos gastos em saúde pública, pois auxilia na prevenção e no tratamento direto para saúde dos efeitos deletérios decorrentes do sedentarismo. Em algumas regiões do Brasil a prevalência de sedentarismo em adultos é em torno de 70%. Poucos estudos ainda são encontrados sobre o nível de atividade física em crianças e adolescentes na literatura brasileira (JOVENESI et al., 2004).

De acordo com Assumpção & Fontoura (2002) o homem contemporâneo utiliza-se cada vez menos suas potencialidades corporais além do baixo nível de atividade física, sendo um fator vital para o

desenvolvimento de doenças degenerativas, sendo assim se justificando a importância de promover uma alteração no seu estilo de vida para a prática de atividades físicas ao seu cotidiano.

Para Lazzoli et al (1998), é bem provável que uma criança fisicamente ativa se torne um adulto fisicamente ativo como consequência, sendo que do ponto de vista da saúde pública e da medicina esportiva, além de promover a atividade física no período entre a infância e a adolescência, significa estabelecer uma estrutura sólida no combate ao sedentarismo na fase adulta, fazendo com que se tenha melhor qualidade de vida.

Segundo Assumpção & Fontoura (2002) os conceitos como ‘atividade física’, ‘estilo de vida’ e ‘qualidade de vida’ vem ganhando destaque na produção de vários trabalhos científicos, constituindo um movimento com o objetivo de valorizar as ações relacionadas a determinação, operacionalização de variáveis que possam aumentar o bem estar do indivíduo por meio do nível da atividade física da população.

Apesar das evidências científicas, grande parte da população leva uma vida sedentária. Segundo Alves et al (2005) estudos americanos evidenciam que 54% dos adultos não fazem atividades físicas regulares, mais da metade dos adolescentes levam uma vida sedentária, sendo que grande parte são mulheres. No Brasil que metade dos alunos não tem aula de educação física.

De acordo com Prieto (1979) apud Tubino (1987), a relevância do esporte se mostra em seis referências que são: os espetáculos esportivos; o consumismo esportivo; os valores que o esporte leva à sociedade; o impacto social do associacionismo esportivo; a difusão do esporte através dos meios de comunicação; a dupla perspectiva: como fenômeno social universal e como instrumento de equilíbrio pessoal. Em relação a sua importância para a sociedade, o esporte se destaca pelos seus valores.

A Política Nacional do Esporte é um documento norteador das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento esportivo do Brasil, no qual são caracterizadas pelos meios e formas em que o esporte é trabalhado.

Segundo os objetivos apresentados pode se observar uma preocupação em desenvolver as três áreas do esporte, que são: esporte educacional, esporte de participação e esporte de rendimento. Ou seja, o objetivo dessa política é desenvolver o esporte no seu caráter educativo e na formação do cidadão, além do esporte na esfera competitiva. Há uma preocupação também no acesso do esporte para todos, desenvolvimento técnico-científico e o combate a centralização esportiva.

De acordo com Brasil (1998), a Constituição Federal no seu artigo 217 afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um. Portanto vemos nos princípios da Política Nacional do Esporte um paralelo a Constituição Federal quando ela busca combater a injustiça e exclusão buscando promover o acesso total dos cidadãos ao esporte.

Assim como ocorreu nos princípios e objetivos, as diretrizes também seguem a linha do artigo 217 da Constituição Federal de 1998, quando fala do acesso universal do esporte para todos. Outros pontos também são mencionados nas diretrizes como a participação popular no controle do esporte, o desenvolvimento humano e econômico através do esporte, além da promoção da saúde.

Nas ações estratégicas são reforçados temas ditos nos objetivos, princípios e diretrizes, mas alguns temas importantes são mencionados, como a infraestrutura, a qualificação dos profissionais que trabalham com o esporte e o combate ao doping.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

De nada vale a Constituição Federal preconizar que o esporte é um direito de todos senão ocorre de fato uma política de abrangência nacional que englobe toda a sociedade sem preconceitos e sem haver nenhuma restrição a nenhuma modalidade esportiva. Além disso, deve-se permitir o ingresso e acesso as diversas modalidades esportivas para as diferentes classes sociais.

Outro ponto em destaca é a presença da mulher no esporte. Não adianta apenas colocar as mulheres para praticar algum esporte ou alguma modalidade esportiva. É necessário que ela seja inserida dentro do contexto do esporte, para que aí sim possa influenciar outras mulheres. Para que isso ocorra é necessária uma formação profissional efetiva. Não adianta você dá uma formação profissional apenas em esportes popularmente conhecidos pois, para que ocorra uma verdadeira Política Nacional do Esporte é necessário ter o acesso e o desenvolvimento de modalidades esportivas que não são praticadas pela maioria do público. Isso se consegue com investimentos na promoção de esportes não convencionais e na qualificação dos profissionais que ali trabalham. Porém essa qualificação deve ocorrer de forma descentralizada, ou seja, nas diversas regiões do Brasil e também de forma prática, pois é importante o profissional também ter uma vivência esportiva.

Além dos profissionais que trabalham diretamente com os esportes é necessário que não se esqueça dos profissionais que trabalham com a gestão do esporte. Nesse caso temos um grande desafio a ser superado pela Política Nacional do Esporte que é a carência de profissionais na gestão esportiva para atender a demanda de descentralização do desenvolvimento do esporte.

Uma das formas de se minimizar o problema e o oferecimento de cursos em alta escala de gestão esportiva principalmente para as regiões do interior do país. Atualmente existem cursos presenciais nesta área, porém a maioria se localiza nas capitais e grandes centros do país, o que torna a participação de pessoas do interior inviável. Outra solução que pode ser implementada é a massificação de cursos a distância em gestão esportiva de caráter gratuito ou a um custo acessível para os profissionais afins. Nos dias atuais existem cursos a distância sobre gestão esportiva, porém o custo é inacessível por grande parte da população.

Outra forma de minimizar os efeitos da escassez de mão de obra na área de gestão esportiva é a popularização da oferta de disciplinas nos cursos de graduação afins. Como exemplo, podemos citar o oferecimento de disciplinas de gestão e marketing esportivo nos cursos de Educação Física. A questão do desenvolvimento tecnológico e científico do esporte também deve ser levada em consideração por parte da Política Nacional do Esporte para o desenvolvimento esportivo. Não há desenvolvimento do esporte se não houver avanço da tecnologia e da ciência. Esses são pressupostos imprescindíveis para uma política pública voltada ao setor esportivo. Com isso é necessário investimentos em escolas, universidades e institutos federais e estaduais de ensino, aliado a uma política norteadora de ações. É necessário também um incentivo a publicação de estudos científicos sobre o tema.

Em relação à gestão participativa e controle social, é de vital importância a participação da sociedade no controle das ações voltadas para o esporte. Isso se justifica uma vez que se a Política Nacional do Esporte é voltada para a população de uma forma geral, portanto a mesma deve ser ouvida nesse processo. Porém o poder público ainda se encontra muito distante da população quando se refere as questões relacionadas ao esporte. É vital para o sucesso da gestão participativa e controle social através de meios que a população possa opinar, debater e fazer suas críticas a gestão esportiva atual, como a realização de assembleias amplamente divulgadas.

A descentralização das ações esportivas é de fundamental importância para o sucesso da Política Nacional do Esporte. A política em questão até menciona a questão da descentralização através da municipalização, porém em muitos casos ocorre uma descentralização apenas institucionalmente e não efetivamente. Esse fato pode ser explicado baseado no fato de que as ações esportivas chegam teoricamente nos municípios, mas as ações promotoras de desenvolvimento esportivo ainda são muito escassas, voltadas na maioria das vezes para esportes tradicionais, sem que ocorra uma inovação das ações.

A promoção do esporte é um dos desafios que a Política Nacional do Esporte deverá superar, uma vez que o índice de sedentários ainda é muito alto. Além disso, não adianta apenas fazer propagandas dizendo que a atividade física faz bem para a saúde, sem que tenha condições mínimas para essa realidade. É necessário que a Política Nacional do Esporte dialogue com as esferas do governo para que esse problema seja solucionado. Outra questão importante é o diálogo com a esfera empresarial para que políticas de promoção de atividade física sejam implantadas nas empresas.

O crescimento e desenvolvimento econômico pelo esporte devem ser observados para a manutenção de uma ação esportiva de caráter duradouro. Não há desenvolvimento do esporte sem que ocorra geração de capital para manutenção das condições dos profissionais que estão trabalhando diretamente com o esporte. Também há os profissionais que trabalham indiretamente que precisam ser englobados nessa cadeia produtiva. O grande problema nesse quesito para a Política Nacional do Esporte é gerar uma cadeia produtiva no esporte que gere desenvolvimento e crescimento econômico que possa manter. Atualmente o modelo esportivo brasileiro necessita da iniciativa privada e dos meios de comunicação para sobreviver, algo que é muito distante do esporte educacional e de participação.

O crescimento e desenvolvimento do esporte estão estritamente ligados ao financiamento, no qual é de vital importância para que esse processo seja duradouro. Porém não há como apenas a iniciativa pública financiar o esporte, sendo necessário também o financiamento por parte da iniciativa privada. Pode-se observar que as leis como exemplo, a Lei de Incentivo ao Esporte ainda necessita de ajuste, por se tratar de uma lei difícil de ser usada e que não abrange o esporte na sua totalidade. É necessário também que haja um incentivo no esporte através de leis no âmbito estadual e municipal, que propiciem o financiamento das atividades esportivas. É importante também se criar mecanismos que diminuam a corrupção dentro do esporte, bem como promover uma maior profissionalização da gestão esportiva.

A questão da precariedade das instalações esportivas é um tema de grande importância para a Política Nacional do Esporte, uma vez que sem uma estrutura esportiva sem condições de uso, inviabiliza qualquer crescimento e desenvolvimento esportivo. É necessária uma campanha de conscientização perante a sociedade sobre a importância da conservação do patrimônio esportivo, e conservação da estrutura esportiva dentro das escolas.

O combate ao doping esportivo também é um desafio a ser enfrentado pela Política Nacional do Esporte. Tal fato é de grande dificuldade justificado pelo fato de que o controle na população adepta ao esporte é de alto custo além de ser inviável fazer um controle individual. Portanto é necessário se realizar uma campanha de conscientização na população sobre os perigos da utilização de substâncias proibidas, alertando sobre os efeitos colaterais dessas substâncias. No âmbito escolar, esse conteúdo pode ser inserido na disciplina de educação física.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, J. G. B et al. **"Prática de esportes durante a adolescência e atividade física de lazer na vida adulta."** Revista Brasileira de Medicina do Esporte 11.5 (2005): 291-294.
2. ALMEIDA, L. A.; GOMES, R. C. **Proceso de las Políticas Públicas: revisión de la literatura, reflexiones teóricas e indicaciones para investigaciones futuras.** Cadernos EBAPE. BR, v. 16, n. 3, p. 444-455, 2018.
3. ASSUMPÇÃO, L. O. T; MORAIS, P. P and FONTOURA. H **"Relação entre atividade física, saúde e qualidade de vida. Notas Introdutórias."** Revista Digital 8.52 (2002): 1-3.
4. BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: Acesso em: 03/07/2020.
5. BREUS, T. L **"Políticas públicas no estado constitucional."** Belo Horizonte: Fórum, 2007.
6. CAPELLA, A. C. N. **Formulação de Políticas Públicas.** Fundação Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2018.
7. JENOVESI, J.F. et al. **Evolução no nível de atividade física de escolares observados pelo período de 1 ano.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Brasília, v. 12, n. 1, p. 19 - 24, jan./mar. 2004.
8. LAZZOLI, J. K., et al. **"Atividade física e saúde na infância e adolescência."** Revista brasileira de medicina do esporte 4.4 (1998): 107-109.
9. SOUZA, C. **"Políticas públicas: uma revisão da literatura."** Sociologias 16 (2006): 20-45. 2006.
10. TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade.** AATR, Bahia, 2002.
11. TUBINO, M. J. G. **Teoria geral do esporte.** São Paulo, IBRASA, 1987.